

dossiê

Antonio
Risério

Pra começo
de conversa, a
América Latina
existe?

A pergunta foi feita pelo escritor argentino Jorge Luis Borges, mestre em nos enredar nos labirintos da *ficción* — ou, como disse Haroldo de Campos, em seus mundos de “entre espelhos reverberantes”. E quero tentar respondê-la sem pressa. Porque o tema que me é dado aqui, a inserção do Brasil na América Latina, nada tem de simples. Presta-se, antes, a um razoável rol de confusões e equívocos. Podemos abordá-lo, aliás, a partir de ângulos bem diversos entre si: inserção econômica, inserção política, inserção cultural etc.; e, de um modo geral, tanto em perspectiva histórica, quanto em termos contemporâneos, ou cruzando e entrelaçando os eixos, os pontos de vista sincrônico e diacrônico.

Em matéria econômica, por exemplo, podemos falar de antigas transações da sociedade que se foi plasmando em terras de Piratininga com seus vizinhos da Bacia do Prata. Os intercâmbios eram de tal ordem que Thomé de Sousa chegou a tentar proibir o trânsito de pessoas e embarcações entre São Vicente e Assunção do Paraguai. Esta presença espanhola em Piratininga teve, por sua intensidade, repercussão até mesmo linguística, a começar pela própria palavra “bandeira”, que é de origem espanhola — e há quem diga que “garoa” deriva do termo peruano *garúa*. A presença espanhola fez sentir também seu influxo na arquitetura, assunto estudado por Aracy Amaral em “A hispanidade em São Paulo” (1981). Houve um período, inclusive, chegou-se a pensar em introduzir, ainda em São Paulo, a criação de lhamas. Podemos também estabelecer paralelos entre os mundos escravistas e as produções açucareiras e fumageiras do continente, centrando nosso olhar no colapso do Haiti ou no caso de Cuba, com fortes repercussões na vida econômica brasileira. E é possível, ainda, tratar a questão em solo mais recente, a partir da formação do Mercosul, por exemplo, cuja implantação se intensificou durante o breve governo de Fernando Collor, para se firmar adiante, conhecendo seu melhor momento naquela década de 1990 — mais precisamente, entre os anos de 1991 e 1997.

A propósito, em “O novo Brasil: as conquistas políticas, econômicas, sociais e nas relações internacionais”, Albert Fishlow, falando sobre os decênios de 1980 e 1990, observou:

As relações internacionais não foram desconsideradas, mesmo em meio aos problemas internos recorrentes. O Itamaraty passou a atribuir ao relacionamento bilateral com a Argentina importância central em sua agenda. Grandes avanços foram realizados, com progressos no tratamento de questões nucleares, econômicas e políticas. Os presidentes Alfonsín e Sarney for-

ram pioneiros de esforços cooperativos posteriormente expandidos para acomodar outros países vizinhos. Em outros campos, as negociações com o GATT avançaram, em uma arena na qual o Brasil havia começado a exibir maior importância, e isso resultou no lançamento da Rodada Uruguaí, em 1986. (2011, p.15).

E mais:

Collor, apesar de todas as suas limitações, foi o pioneiro de uma abertura para o mundo mais amplo. Em seu breve mandato, ele deu início ao Mercosul, acelerou a redução de tarifas, fechou um acordo com os bancos internacionais, acatou o acordo final da Rodada Uruguaí e promoveu envolvimento ativo com os Estados Unidos. Todos esses esforços sobreviveram à sua renúncia. (FISHLOW, 2011, p.55).

Politicamente, a figura da América Latina — e da inserção do Brasil nesse conjunto — tem atravessado um espectro dos mais diversos credos e projetos. Apenas para se ter uma ideia, a própria pregação da *latinidad* é de base originalmente político-ideológica. Em “Mecanismos da conquista colonial” (1995), o historiador Ruggiero Romano escreve que o rótulo “latinidad” “vem em grande parte da política de Napoleão: e devia constituir uma espécie de preparação psicológica à operação mexicana” (ROMANO, 1995, p.31). O rótulo, aliás, foi combatido por espanhóis e norte-americanos, em nome da “hispanidade” e do “pan-americanismo”, respectivamente, mas triunfou de modo espetacular no campo dos meios de comunicação (intelectual e “de massa”). De qualquer sorte, nessa direção, encontramos coisas que se estendem do “pan-americanismo” proposto pelos Estados Unidos, que Haya de la Torre desancava (“*el panamericanismo es el pan que los americanos comen*”), às fantasias guerrilheiras guevaristas em torno de uma “*latinoamerica*” rebelionária, caminhando a passos largos e de peito aberto para o socialismo. Fantasia que, entre nós, vai se refletir até numa bela peça tropicalista composta por Caetano Veloso e José Carlos Capinan, mesclando as línguas portuguesa e espanhola: a canção “*Soy Loco por Ti, América*”, onde encontramos, claro, a referência a Ernesto Che Guevara, àquela altura recém-despachado para “o além”, com o fracasso de sua derradeira aventura “foquista” — “*el nombre del hombre muerto/ ya no se puededecirlo, quem sabe/ antes que o dia arreben-te/ antes que a definitiva noite se espalhe en latinoamerica/ el nombre del hombre es pueblo*”.

Quanto a inserções/ relações culturais, bem, culturalmente, numa acepção mais estrita da expressão "cultura", o que não falta é pano pra manga. A começar pelo lance maior do barroco, o grande *traite d'union* estético-cultural da América Ibérica. Aliás, o escritor cubano Severo Sarduy, em seu livro "Escrito sobre um corpo" (1979), fez uma distinção/ comparação muito interessante, ao dizer que a arte clássica está para o sexo com finalidade reprodutora, assim como o barroco está para o jogo do prazer. O barroco seria a arte erótica por excelência: "Jogo, perda, desperdício e prazer: isto é, o erotismo enquanto atividade que é sempre lúdica, que não é mais que uma paródia da função de reprodução, uma transgressão do útil, do diálogo 'natural' dos corpos" (SARDUY, 1979, p.78). No erotismo, como na arte barroca, a finalidade está em si mais do que na veiculação de uma mensagem — genética ou simbólica. O discurso barroco é o avesso mesmo do discurso pragmático-linear, objetivo. Ao contrário deste, se compraz na demasia. No excesso. O barroco é a linguagem da abundância, do transbordamento, da prodigalidade. Daí a equação de Sarduy: barroco = jogo; arte clássica = trabalho. Como nos feitos de Churriguera ou do Aleijadinho. E é notável a sua abertura para o outro, a sua sede de incorporar/ assimilar o raro e o diferente, o seu fascínio pelo diverso e a diversidade. Vemos isso se manifestar, já em nosso século XVII, nas criações poéticas de Gregório de Mattos e Sor Juana Inés de la Cruz, por exemplo. Além disso, não ficamos presos a um barroco histórico. Com relação a nós, a matriz barroca vem atravessando os séculos. Configurando um barroco trans-histórico, que vamos reconhecer em textos de Guimarães Rosa e Haroldo de Campos, no cinema de Glauber Rocha ou na arquitetura de Niemeyer, o autor das obras barroquíssimas da Pampulha. E isto para não falar da projeção do desenho das grandes festas coloniais barrocas, com suas alas e alegorias, no desenho do desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro, assunto já examinado por Affonso Ávila em "Festa Barroca: estrutura e ideologia" (1995), e alguns outros estudiosos.

Enfim, por este simples passeio de abertura podemos ver a extensão e a complexidade do tema, ondulando em muitas variações e variáveis. Diante disso, minha opção é circunscrever um campo. E, como sou antropólogo, me disponho a tratar a questão em pauta basicamente histórico-antropológica numa discussão que seria anterior aos tópicos antes mencionados, numa tentativa de limpar o terreno e clarear caminhos de leitura e interpretação. Ou seja: o que quero ter é uma conversa que julgo que deva ser anterior às possíveis conversas a que acabei

Politicamente, a figura da América Latina — e da inserção do Brasil nesse conjunto — tem atravessado um espectro dos mais diversos credos e projetos

de me referir, nos campos econômico, político e cultural. Aqui, com a pergunta de Borges de *background*, vamos começar pelo mais geral, a nos perguntar sobre o tema (rico e complexo) da existência de uma "civilização latina". Um historiador português (com a idade, minha memória falha e não consigo me lembrar agora qual deles, mas acho que foi A. H. de Oliveira Marques) disse certa vez que os romanos não apenas conquistaram a Península Ibérica, eles a *civilizaram para sempre*. Vale dizer: a latinização dos atuais territórios de Portugal e Espanha foi um processo definitivo, *sansretour*. Em resumo, a partir do século IV a.c., temos a expansão ocidental de Roma, da gente do Lácio. Roma vai ampliando — de forma lenta, gradual e segura — o raio de seu domínio no mundo. Onde se implanta, impõe um modo de vida e uma língua, o latim. Promovendo um profundo processo aculturativo nos povos que subjuga, Roma se converte em matriz de uma vasta e poderosa civilização: a Civilização Latina. Esse domínio se articula sobre a montagem de um sistema de centros urbanos, de um sistema de comunicação (redes viária e portuária) e pela definição de uma nova organização econômica, de caráter monetário, com uma produção destinada sistematicamente ao mercado. Em poucas palavras, estrada-cidade-produção-moeda.

Ou seja: as conquistas militares ocidentais dos romanos foram rematadas, como bem frisou Erich Auerbach (1965), pela dominação política, cultural e linguística. Era todo um modo de vida que se trasladava. Conquistas que significavam, portanto, a progressiva romanização de populações diferentes entre si. Isto é, os povos subme-

tidos ao poderio de Roma foram se tornando, pouco a pouco, povos latinos. Configurou-se, assim, a chamada România (Espanha, Portugal, França, parte da Bélgica, oeste e sul dos países alpinos, Itália e suas ilhas e Romênia). Sintetiza Auerbach em sua *Introduction aux Études de Philologie Romane*:

Na imensa maioria dos casos, a romanização se efetivava lentamente e de cima para baixo. Oficiais da guarnição, funcionários, negociantes vinham se estabelecer nos centros principais do povo submetido: tratava-se de romanos ou de pessoas anteriormente romanizadas. As escolas, os estabelecimentos de recreação, de esporte, de luxo, um teatro, os seguiam; o centro principal se convertia numa cidade. A língua da administração e dos altos negócios se tornava o latim, desarte, o prestígio da civilização romana e o interesse cooperavam para fazer com que o latim fosse aceito, em primeiro lugar, pelas classes elevadas do povo que, para facilitar a carreira de seus filhos, os enviavam às escolas romanas; a arraia-miúda as acompanhava e uma vez tornada romana a cidade, o campo, que mais ainda do que hoje dependia da cidade central, se romanizava também, conquanto mais lentamente; tal processo durava por vezes séculos. (1965, p.47).

Não faltam provas históricas que permitem afirmar que a colonização romana se preocupou seriamente com a difusão da língua latina e dos costumes romanos entre os indígenas (isto é, os povos "pré-romanos" da Península Ibérica), reforça o historiador Oliveira Marques a propósito de Portugal. E o fato foi que se na bacia oriental do Mediterrâneo a língua comum continuou sendo o grego, nas províncias ocidentais do Império o latim se sobrepôs inteira e definitivamente ao conjunto dos falares em voga antes da conquista, destruindo-os enquanto sistemas idiomáticos particulares. No dizer de José Hermano Saraiva, em sua "História Concisa de Portugal", a colonização romana veio atenuar muito as diferenças étnicas resultantes dos primitivos povoamentos e reduziu a denominadores comuns as culturas indígenas (SARAIVA, 1998). Em meio milênio de domínio sobre o território atualmente português, por exemplo, os romanos "conseguiram modificar completamente as bases da economia, o tipo de povoamento, as formas da organização social, as técnicas do trabalho, as crenças e hábitos das populações e até a língua que se falava" (SARAIVA, 1998, p.30). Assim se foram configurando novas culturas, variantes da civilização latina, como a espanhola, a francesa, a ro-

mena e a lusitana. Antes de prosseguir, todavia, gostaria de lembrar uma observação de René-Jean Dupuy ("Entre o Poder e o Cidadão, a Sombra Vã da Liberdade"), que não terei como desenvolver aqui: "Ao contrário do que aconteceu com os gregos, os latinos não produziram filósofos" (DUPUY, 1989). E talvez isto esteja na base mesma de nosso pragmatismo ou de uma certa indisposição brasileira para o filosofar e os filosofismos.

Mas vamos adiante. Assim como houve a geração de novas variantes da civilização latina, aconteceu também a geração de novas línguas latinas. Em *Nox, Noche, Noapte, Noite, Notte, Nuit, Nue, Nit*, o filólogo Antonio Houaiss fala do assunto:

Línguas latinas, línguas românicas, línguas neolatinas, etc.: denominações diversas para o mesmo domínio linguístico. Em geral, prefere-se 'línguas românicas', termo vindo de *Romania*, o espaço cultural inventado por Paul Orose, na sua *Histoire* (cerca de 417), por ocasião da desagregação do Império Romano do Ocidente. [...] Optamos por 'línguas latinas' considerando que este termo realça melhor a permanência das afinidades latinas destas línguas, o francês, o espanhol, o português, o romeno e o romanche (dos Grisões), que são línguas nacionais, o galego, o catalão, o provençal-occitânico, o sardo, o reto-romano (Grisões, Tirol italiano, Friul) que são dialetos reconhecidos. (1989, p. 177, et seq.).

Como pôde o latim se estrelar numa tal constelação de idiomas? A resposta não é complicada. Estas novas línguas latinas se formaram pela sobreposição do latim a sistemas linguísticos preexistentes à expansão romana (tecnicamente, as chamadas línguas de substrato) e pela influência posterior de sistemas linguísticos que vieram depois do fim da colonização romana, incidindo no plano lexical as línguas de superstrato. O substrato linguístico do latim, na Península Ibérica, inclui falares iberos, gregos, fenícios, celtas, bascos etc. No influxo de superstrato, que sobreveio com o estilhaçamento final da velha comunidade político-linguística chamada România, tivemos as línguas dos "invasores bárbaros" e, mais tarde, o árabe.

De uma perspectiva antropológica, o exército romano deve ser encarado como a primeira força ou corrente latinizante. Soldados como a ponta de lança do processo aculturativo, sincretizante, portando palavras, valores e genes. São falantes do chamado "latim vulgar", fazendo filhos em cônias, célticas e lusitanas — o código linguístico e o código genético. Em seu rastro, tivemos os comerciantes que gravitavam em torno dos acampamentos

militares, fosse para abastecer de víveres as tropas, fosse para comprar escravos, fosse para mercar miudezas. Além disso, ocorreram a migração itálica (romanos ou súditos de Roma tentando a sorte na Península Ibérica), a incorporação de "nativos" ao exército invasor e a instalação de cidadãos romanos em póvoas pré-romanas. E tudo contribuindo para a transmissão de elementos, formas, práticas e sistemas de cultura. Para a romanização.

Mas não podemos deixar escapar uma informação fundamental, especialmente valiosa para quem se interessa pela história e os sentidos do urbanismo e da arquitetura. O lance definitivo nesse processo de latinização foi a cidade. A cidade como centro político, administrativo e religioso, imantando ainda um espaço rural à sua volta. A política urbana de Roma foi a peça básica e essencial para a latinização das áreas ocupadas na expansão do império. Para a imposição total da cultura latina. Roma era uma cidade, lembre-se. E gerou e/ou incrementou cidades. "O Império Romano, produto de um único centro urbano de poder em expansão, foi em si mesmo uma vasta empresa construtora de cidades" (MUMFORD, 1982, p.236), como escreveu Lewis Mumford em "A Cidade na História — suas origens, transformações e perspectivas". E Carlos Fabião ("O passado proto-histórico e romano"): "De fato, o Império Romano é a realização política de uma sociedade de matriz urbana. A sua primeira e principal expressão material é, por isso mesmo, a cidade. Foi nela e através dela que a cultura romana se afirmou, expandiu e implantou" (FABIÃO, 1993, p.247). Ainda Fabião, chegando agora ao mundo ibérico: "Uma das principais realizações da administração romana em solo hispânico foi a implantação de um novo modelo de sociedade, onde os centros urbanos se constituíam como polos do governo regional, hierarquizados e submetidos a um mais amplo poder" (FABIÃO, 1993, p.212).

Em meados do século I a.c., temos o processo de municipalização da Península Ibérica. No centro da cena, Júlio César, seu mentor. É certo que a política urbana de Júlio César foi executada somente depois de sua morte, mas seu projeto foi respeitado: constituição de colônias ou municípios, dotados de legislação própria, onde deveriam se instalar cidadãos romanos, entre os quais se faria uma distribuição de terras. Para Roma, vantagens óbvias: garantir o povoamento de territórios conquistados e afrouxar a tensão social provocada pelo adensamento demográfico na Itália. Cidades extraitálicas, para receber veteranos de guerra que já haviam cumprido o período de serviço militar e abrigar pelo menos parte da plebe que se amontoava nos centros urbanos italianos — em Roma, principalmente.

Na província, como aconteceu em Portugal, cidades que aprofundariam o processo aculturativo. Espaços de mestiçagem e sincretismo, focos de mesclas bioculturais. Roma investiu em duas pontas: urbanização ou reurbanização de antigos núcleos "nativos" — criação de cidades a partir do nada. Em ambos os casos, forjar ou fazer cidades estruturalmente romanas. No que hoje é Portugal temos vários exemplos disso. Como o de Olisipo — núcleo pré-romano implantado no morro do castelo da atual Lisboa —, que então recebe o nome de "Felicitas Iulia": núcleo de cidadãos romanos, cidade portuária, por onde a produção agrícola escoava para a Itália. Olisipo que exhibe edifícios termais e o seu teatro, reformado e embelezado, aliás, no reinado de Nero. Fabião: "Teatros, anfiteatros e circos constituíam os principais equipamentos de lazer das cidades romanas e não devemos desprezar o papel que terão desempenhado no processo de aculturação das populações indígenas" (FABIÃO, 1993, p.247). Termas, também: o lusitano (ou o hispânico) que adotava o ritual romano do banho público era já, em alguma medida, latino.

À maneira de Olisipo, outros exemplos: Salácia, implantada no local onde se erguia a cidade pré-romana de Bevip, sob a atual Alcácer do Sal; Myrtilis, também pré-romana, onde hoje se ergue Mértola; a igualmente pré-romana "Liberalitaslulia", Évora, onde se acha famosa ruína de um templo romano (erroneamente atribuído a deusa Diana, quando provavelmente serviria ao culto do próprio imperador divinizado); Conimbriga, cujo fórum data do reinado de Augusto etc. Fabião:

Conimbriga era um aglomerado populacional de origem pré-romana. Sob Augusto foram construídos os primeiros grandes edifícios públicos e devidamente estruturado o que parece ser o primeiro traçado urbano de inspiração romana. Este arranjo incluía um fórum com uma grande praça pública lajeada, em torno do qual se distribuía algumas lojas, a basílica e a cúria da cidade. Assente sobre um criptopórtico (conjunto de galerias subterrâneas), e, portanto, elevado em relação ao plano da praça, e dominando todo o conjunto, encontrava-se um templo consagrado ao culto do imperador. (FABIÃO, 1993, p.249).

Diferentemente de Olisipo, Salácia, Myrtilis, Liberalitaslulia e Conimbriga, todas elas pré-romanas, surge também uma cidade onde nada existia antes: Pax Iulia ou Pax Augusta, no local onde hoje está Beja, região do Alentejo. Resultado: a arquitetura e o urbanismo romanos afetaram todo o território hoje português. Para fechar este tópico,

Latinização e cristianização que irão se projetar, na Era dos Descobrimentos, para as extensões ultramarinas do Novo Mundo, definindo a fisionomia e a alma de uma América Latina

cumprir ressaltar, com cores mais vivas, a importância da religião. Em duas dimensões. Primeiramente, ao falar de uma romanização urbanístico-arquitetônica da península ibérica, temos de dar destaque aos templos religiosos. Não só pelo que eles representaram no terreno da arte de edificar, mas, principalmente, porque expressam uma outra e profunda aculturação, no fenômeno do sincretismo religioso, quando, entre tantas outras coisas, o culto de uma velha divindade nativa, como Larouco, se funde com o culto de Júpiter. Em seguida, vem a maré do cristianismo.

Com o tempo, a expansão ocidental do Império Romano não deixaria de levar também, até à Hispânia, a religião nascida do Cristo. As primeiras comunidades cristãs da Península Ibérica se formaram, obviamente, nos núcleos urbanos mais romanizados. De acordo com Santo Irineu (em "Contra os Hereges", obra da década de 180 d.c.), essas comunidades estavam organizadas pelo menos desde a segunda metade do século II. Mas eram frágeis. É verdade que, ao longo das perseguições movidas por Diocleciano, entre 303 e 305, projetam-se mártires cristãos executados na Península. Mas Ambrogio Donini, em sua "História do Cristianismo — das origens a Justiniano", escreve que, no início da época de Constantino, primeiras décadas do século IV, era ainda muito desigual a difusão do cristianismo nas diversas partes do Império Romano. Sua maior força estava na Ásia Menor. Na Península, havia atingido uma parcela razoável da população, mas era religião minoritária. Num dos volumes da monumental história de Portugal que organizou, o histo-

riador José Mattoso assinala, de resto, que, em Portugal, "as edificações cristãs aproveitaram ou se anexaram muitas vezes a edifícios mais antigos, civis ou religiosos, o que denota uma transição progressiva e sem grandes conflitos para o novo culto" (MATTOSO, 1993, p.280 et seq.). Em 313, temos o célebre Édito de Constantino, garantindo proteção oficial ao cristianismo. Com o tempo, a transição se completa. Cristaliza-se um poder cristão na Península Ibérica. E é isto o que interessa reter. As terras e gentes da Península foram latinizadas e em seguida cristianizadas. Latinização e cristianização que irão se projetar, na Era dos Descobrimentos, para as extensões ultramarinas do Novo Mundo, definindo a fisionomia e a alma de uma "América Latina".

Bem. A essa altura, impõe-se a necessidade de uma outra contextualização: a da "civilização latina" pós-século XV, no âmbito da descoberta do assim chamado Novo Mundo (expressão colocada em circulação pelo navegador florentino Américo Vespúcio, em uma de suas célebres cartas) e da conquista europeia da massa continental das Américas... No final do século XIV, e ainda ali por volta do ano de 1400, existiam pelo menos três Europas: a eslava, a germânica e a latina. E aqui há uma coisa no mínimo intrigante, que, de resto, mostra que há limites evidentes em nosso conhecimento dos processos histórico-culturais. No caso, como bem lembra o historiador Frédéric Mauro, em "Colonizações latinas" (texto incluído na coletânea "A civilização latina: dos tempos antigos ao mundo moderno", organizada por Georges Duby), trata-se do "fenômeno estranho que, a partir do século XV, determina a explosão dos latinos, e só deles, à superfície do globo" (MAURO, 1989, p.141, et seq.). É a expansão planetária dos latinos, que só depois serão seguidos por outros povos e países, da Inglaterra à Holanda. E é justamente essa onda latina que vai cobrir pioneiramente as Américas, a partir da viagem de Cristóvão Colombo com suas famosas três caravelas.

No nosso caso, Sagres. Capítulo fascinante da história mundial, que culminará com a ida de Vasco da Gama à Índia e, imediatamente depois, ao "achamento" da América. O que dizer? "Os sonhos dos homens constituem uma parte de sua história e explicam muitos de seus atos". A frase é de Marjorie Reeves e pode nos servir como uma luva para a leitura de um sonho que transformou o planeta: o sonho lusitano voltado para o esclarecimento das fronteiras do desconhecido, que se encarnou, de modo radical, na figura do Infante D. Henrique e do saber que se foi organizando no promontório de Sagres. Nascemos desse sonho da "vanguarda" europeia. Do conhecimento

Estabeleceram outro projeto: construir uma cidade-fortaleza para comandar a nova conquista e colonização dos trópicos — a cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos

acumulado em Sagres. Da tecnologia de ponta que ali foi acolhida e produzida. Em consequência do projeto henriquino, os portugueses foram clareando praias pelo mundo. Assim chegaram, um dia, à enseada de Porto Seguro. Mais tarde, estabeleceram outro projeto: construir uma cidade-fortaleza para comandar a nova conquista e colonização dos trópicos — a cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos, hoje tão degradada. Uma cidade que começou a existir para que o Brasil existisse. Mas vamos com vagar.

O Infante D. Henrique foi um bom exemplo da mistura portuguesa de experimentalismo renascentista e misticismo medieval. Aquele príncipe que raramente sorriu, envergando, em batalhas cruzadistas como as de Ceuta e Tânger, a sua invariável e pesada cota de malha negra, fora educado em conformidade com os princípios da Ordem dos Templários. Conduziu a sua vida ao largo dos prazeres do vinho e do sexo, depreciando, sempre, a companhia de mulheres. Com os seus cabelos grossos e pretos, a pele "queimada e inusitadamente escura para um português", o príncipe navegador surge para nós como a encarnação mesma tanto do fervor religioso como do incipiente pragmatismo cumulativo da ciência. Fez com que as ilhas atlânticas que descobrira e colonizara, como a Madeira e o arquipélago dos Açores, ficassem sob a jurisdição espiritual da Ordem de Cristo, instituída por D. Dinis para suceder à organização templária. Ao mesmo tempo, recolhido na desolada ponta de Sagres, o *pro-*

montorium sacrum (e Sagres vem de "sagrado") de que falava Ptolomeu, tratou de banir as barreiras do medo e da superstição, que então se interpunham entre Portugal e o grande mar, impedindo que as navegações fossem além do Bojador, cabo finalmente vencido por ordem sua, numa expedição comandada por Gil Eanes.

Entrelaçavam, assim, em sua personalidade, coisas como a prática da mortificação física e o estudo objetivo da astronomia. "Foi um Príncipe da Renascença, e não um cavaleiro medieval, quem conseguiu contornar o cabo Bojador", escreveu o historiador inglês John Ure em "Dom Henrique, o Navegador" (1977), que soube sublinhar corretamente esse misto de cavaleirismo medieval e iluminismo renascentista que constituía a personalidade do Infante, "regedor" (governador e administrador) da Ordem de Cristo. Graças a esta disposição antissupersticiosa de um supersticioso que morreu sexualmente virgem, audácia e tecnologia puderam se fundir na "comunidade cosmopolita" de Sagres, definida por Daniel J. Boorstin, em *The Discoverers — a History of Man's Search to Know His World and Himself* (1983), como o protótipo de um *research and development laboratory*. Foi essa combinação de técnica, mercantilismo e religião, enfim, que levou o Darcy Ribeiro de "As Américas e a Civilização — processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos", a tratar Portugal e Espanha, na aurora mesma dos tempos modernos, como "impérios mercantis salvacionistas". Mas quem de fato enfatiza a dimensão mística da expansão ultramarina dos povos ibéricos é Agostinho da Silva, em seus "Dispersos". Observando que a cultura europeia do século XVI marca principalmente "o abandono da centralização sobre o sagrado e o início de um período de centralização no econômico" (SILVA, 2003, p.82), Agostinho faz a ressalva de que, apesar da predominância desta linha pragmática, "de Império mais do que de Fé", também devemos acentuar que "a porção particular da Europa que abordou o Brasil e nele exerceu maior influência", vale dizer, Portugal, destoava das linhas mestras do desenvolvimento cultural europeu. Escreve o pensador português:

Para resumir tudo com alguma coisa que, por certos aspectos, se aproxima da imagem, chamaria a atenção sobre o fato da saída para o mar e da conquista do planeta se ter efetuado em toda a Europa sob o signo de companhias comerciais e de organizações bancárias, e de ter vindo de Portugal sob a orientação de uma instituição tão fundamentalmente religiosa como a Ordem de Cristo. (SILVA, 2003, p.82).

Na verdade, para dizer em outras palavras, Espanha e Portugal não dissociavam Fé e Império. Agiam em nome de Deus e do Lucro. E foi sob este signo que nos alcançaram, na última década do século XIV.

Aqui, é necessária nova contextualização. É que as diversas regiões do continente americano passaram então a conhecer processos dessemelhantes, diferenciadores, dependendo da contextura sociocultural de cada lugar e da postura dos europeus diante das novas terras e do que aí existia. Verdade que é possível traçar panorâmicas de validade geral, como a desta bela passagem de Darcy Ribeiro, no livro já citado:

A História do homem nos últimos séculos é, principalmente, a história da expansão da Europa Ocidental que, ao constituir-se em núcleo de um novo processo civilizatório, se lança sobre todos os povos em ondas sucessivas de violência, de cobiça e de opressão. Nesse movimento, o mundo inteiro foi revolvido e reordenado segundo os desígnios europeus e na conformidade de seus interesses. Cada povo e até mesmo cada pessoa humana, onde quer que houvesse nascido e vivido, acabou por ser atingido e engajado no sistema econômico europeu ou nos ideais de riqueza, de poder, de justiça ou de santidade nele inspirados. (1978, p.51).

Mas é óbvio que tal generalização não exclui diferenças engendradas em consequência das características, do peso e do significado das matrizes étnicas e culturais envolvidas em cada situação e processo. O próprio Darcy vai realçar algumas (não todas) especificidades. De fato, é razoavelmente bem conhecida a tipologia dos povos que se foram configurando nesses processos de conquista e colonização, tal como proposta e exposta por Darcy Ribeiro, de uma perspectiva "evolucionista" de base marxista, em seus estudos de "antropologia da civilização". Podemos, aliás, discordar do evolucionismo e/ou do marxismo do antropólogo brasileiro, mas a tipologia que ele desenhou é consistente e vem resistindo tranquilamente ao tempo e a variadas mudanças de maré intelectual e política.

Neste esquema, Darcy distingue entre "povo transplantado", "povo testemunho" e "povo novo". O que menos nos interessa, de momento, é o "povo transplantado". Darcy:

Os povos transplantados das Américas são os resultantes contemporâneos das migrações para os amplos espaços do Novo Mundo de contingentes europeus que para cá vieram com suas famílias, aspirando reconstituir a vida social de suas matrizes, com maior

liberdade e com melhores chances de prosperidade. Alguns, como os colonizadores da América do Norte, se instalaram em territórios ermos ou ralmente ocupados por grupos tribais de cultura agrícola incipiente, que hostilizaram e desalojaram sem com eles conviver ou caldear-se. (RIBEIRO, 1983, p.414).

Ou ainda: povos-transplantados configuram nações modernas criadas pela migração de populações europeias para novos espaços mundiais, onde procuraram reconstituir formas de vida essencialmente idênticas às de origem (RIBEIRO, 1983). Os Estados Unidos aparecem aqui, em seu segmento branco dominante, como exemplo de tal transplantação. Entre suas características básicas estaria "a homogeneidade cultural que mantiveram, desde o início, pela origem comum de sua população" (RIBEIRO, 1983). Já um povo-testemunho seria formado por "representantes modernos de velhas civilizações autônomas sobre as quais se abateu a expansão europeia" (RIBEIRO, 1983). São as populações mexicanas, mesoamericanas e andinas que descendem das civilizações asteca, maia e incaica, subjugadas pela conquista espanhola. E povos-novos seriam os "povos americanos plasmados como um subproduto da expansão europeia pela fusão e aculturação de matrizes indígenas, negras e europeias" (RIBEIRO, 1983). Povo-novo é o cubano, assim como o brasileiro. Mas não se trata de tábua rasa e sim de fusão e transfiguração: todo povo-novo é formado de povos e matrizes milenares. No fundamental, penso, Darcy está certo: observando a realidade mexicana, vejo um povo-testemunho; diante dos brancos dos Estados Unidos, um povo-transplantado; e, ao pensar em Cuba e no Brasil, um povo-novo.

É neste horizonte, de resto, que situo a distinção de José Murilo de Carvalho, em "Nação imaginária: memória, mitos e heróis" (2003). O historiador observa que o "mito edênico" — examinado por Sérgio Buarque de Holanda em "Visão do Paraíso" —, a crença na existência e na possibilidade de se encontrar o paraíso terrestre não foi exclusiva de lusos e espanhóis. Os puritanos também alimentaram esta convicção. Murilo cita Charles Sanford: o mito edênico foi a força organizadora mais poderosa e abrangente da cultura norte-americana (CARVALHO, 2003). No rastro de Colombo (que chegou a ter uma antecipação lírico-sensual do sítio edênico, numa ondulação geográfica que, como ele mesmo escreveu, o fez lembrar do bico de um peito de mulher), espanhóis e portugueses imaginaram que o paraíso terreal estaria no Novo Mundo, onde os puritanos, por sua vez, decidiram erguer um Novo Éden. Com uma diferença fun-

damental: Para os puritanos, era necessário construir a estância paradisíaca, concebida como um "jardim fechado", feito por — e para — eles mesmos. Na concepção luso-brasileira, o espaço edênico não requeria obras. Era uma dádiva divina. E aparecia como um "jardim aberto", ao qual todos teriam acesso. Em suma, o jardim norte-americano era idealmente excludente; o luso-brasileiro, idealmente inclusivo. Comenta Murilo: "A implicação dessa diferença é muito significativa. Nos Estados Unidos, muitos (índios, negros, católicos) foram excluídos do jardim fechado; no Brasil, todos foram admitidos ao jardim aberto" (CARVALHO, 2003, p.398). O que não significa que inexistissem assimetrias cruéis dentro desse jardim aberto, mas apenas que nosso projeto nunca foi a construção de um jardim exclusivo de/para o mesmo, mas sim franqueado sempre ao outro.

É claro ainda que, além de distinções mais amplas e gerais, muitas e menores diferenças podem ser também detectadas dentro de um mesmo campo. O espaço latino, por exemplo, apresenta diversas "descoincidências". Ao longo dos séculos, igualmente, mais diferenciações irão surgindo, como, para dar apenas um exemplo e no campo da política, a do caso do Canadá francês, outra grande zona de povoamento latino nas Américas. Neste passo, Frédéric Mauro ressalta uma especificidade no terreno da história política: "As colônias ibéricas libertam-se das metrópoles, mas o Canadá vive sob tutela britânica, a qual submete a uma verdadeira exploração comercial este povo tradicional de camponeses, de agricultores, de artífices, de advogados e de médicos" (MAURO, 1989, p.50). Mas não vamos nos entregar ao prazer de ficar viajando por dentro de diversos labirintos. Neste ponto melhor dar passos largos, fitando horizontes amplos, desde que já nos vemos obrigados a avançar a mais uma contextualização.

Tome-se o caso brasileiro. O Brasil Histórico tem início com a ruptura do isolamento oceânico em que viviam nossos antepassados indígenas. Com a chegada dos lusos, que providenciaram, durante séculos, a importação de levas e levas de africanos escravizados, vindos de zonas precisas do "continente negro". E esses povos conheceram aqui processos extensos e intensos de mestiçagem e sincretismo. Daí que tenhamos de examinar, em cada passo da extensão territorial das Américas, que matrizes culturais específicas entraram em jogo e qual o peso relativo das matrizes ameríndias e africanas em cada contexto focalizado. Que povos ameríndios e africanos — e em que situações e períodos históricos — se encontraram com este ou aquele europeu (anglo-saxônico, ibérico, francês, holandês etc.)? E ver como as diferenças

e singularidades se expressam na cultura material tanto quanto na cultura simbólica. Só assim não seremos redutores, simplificando grosseiramente a alta complexidade antropológica das Américas. Por que atropelar ou tentar apagar as realidades culturais específicas da Bahia e da Amazônia, o bilinguismo paraguaio, a herança maia-quí-chua? As especificidades dos processos históricos, étnicos e culturais que nos formaram acabaram por gerar entre nós diferenças evidentes e profundas, que não devem ser menosprezadas. Em aspectos fundamentais de sua cultura, o Brasil se acha mais próximo de Cuba, de Angola e do antigo Daomé do que do Chile, da Argentina e do México. No depoimento "Literatura, Latinidade?", dado a Jean Pierre-Bernès, o escritor Jorge Luis Borges pode dizer: "[...] procuro ser cosmopolita. Evidentemente, devo muito pouco aos esquimós e ao Congo, mas, na realidade, faço o que posso para ser digno da Universidade do mundo" (BORGES, 1989, p.50). Mas um escritor brasileiro como Jorge Amado ou João Ubaldo Ribeiro jamais poderia dizer isso. Eles não devem nada aos esquimós, certamente. Mas devem — e muito — ao Congo, a Angola, à Nigéria, ao antigo Daomé. É preciso então passar do genérico ao particular e assim, com esta passagem, separar coisas e ao mesmo tempo estabelecer nexos e paralelos, como uma comparação entre Cuba e a Bahia, por exemplo. Por aqui, esclareço melhor minha argumentação.

Até meados do século XVIII, Cuba era um lugar escassamente povoado, com pequenas cidades, alguma criação de gado, fazendas fumageiras chamadas *vegas*. A produção de açúcar era insignificante, esgotando-se no consumo dos próprios ilhéus. E os escravos se contavam nos dedos, pontos pretos em meio a uma população de larga predominância branca. Boa parte deles estava empregada em serviços domésticos. Os demais se espalhavam pelo campo, trabalhando lado a lado com seus senhores nas *haciendas* e nas *vegas*. Enfim, Cuba era uma ilha sossegada, sem maiores anseios, riquezas ou tensões. Um espaço de quase nenhuma importância para a coroa espanhola. De uma hora para outra, porém, esta placidez foi pelos ares. Cuba mergulhou num processo que transfiguraria a sua paisagem humana e social. Foi a revolução agrícola cubana, configurando-se entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras da centúria seguinte. Uma série de fatores internacionais convergiu para conduzir a ilha da letargia à agitação produtiva, transformando-a no maior produtor mundial de açúcar. Em *Slave Society in Cuba during the Nineteenth Century*, Franklin W. Knight (1974) lista, a propósito, entre outras coisas, a ocupação militar de Havana pelos ingleses, a falência produ-

Somos neolatinos,
mas também
neoafricanos.
Cidades
neointígenas se
espalham por
diversos países
das Américas

tiva do Haiti e as guerras de independência que desarticularam o império espanhol nas Américas. Os cubanos souberam se aproveitar de todos os ventos favoráveis. Cuba se tornou a joia mais rara da coroa espanhola. E saltou para a linha de frente do mercado mundial.

Com a expansão dos canaviais, a população de negros escravizados, em Cuba, aumentou rapidamente. Em larga escala. "*Azúcar y esclavos crecen paralelamente em la Isla*", na frase de Moreno Fraginals, em *Peculiaridades de la Esclavitud em Cuba* (1987). Em meados do século XIX, os negros, libertos ou escravizados, somavam a maioria da população ilhoa. Muitos deles eram bantos. Outros, do Calabar. Mas uma parte considerável viera da Baía do Benin, da mesmíssima fonte dos escravos importados para a Bahia. Assim, entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, a Bahia e Cuba se viram igualmente inundadas pelos iorubás. Esta grande migração compulsória vai marcar, em todas as suas dimensões, as vidas baiana e cubana, irmanando-as sob o signo dos orixás. E também através de seus incessantes procedimentos de mestiçagem e sincretismo, que irão aproximar as criações estéticas e intelectuais de ambos os lugares, da produção literária à reflexão antropológica, passando pelos campos da poesia e da música popular. Não por acaso podemos aprender sobre cultura brasileira em livros como *El Monte e Yemayá y Ochún*, da antropóloga cubana Lydia Cabrera (2000; 1996), por sinal tia do romancista Guillermo Cabrera Infante, autor do maravilhoso *Tres Tristes Tigres*. Não por acaso encontro no romance *Ecué-Yamba-O* de Alejo Carpentier o mesmíssimo canto de Exu que conheci no Terreiro do Gantois, situado na primeira capital da América Portuguesa. Quando, em *The Yoruba of South western Nigeria*, William Bascom (1984) escreve que nenhum grupo africano teve maior influência na cultura do Novo Mundo do que o grupo iorubá nagô-lucumí, ele tem em mente as realidades do Brasil e de Cuba — povos mestiços entoando seus *orikis* e tecendo teias semióticas em tantos

pontos afins. Porque, entre os negromestiços do Brasil e de Cuba, a preservação recriadora dos legados ancestrais africanos é uma realidade inquestionável.

Por fim e por tudo o que foi dito até aqui, vamos relativizar as coisas. Somos com certeza latinos — mas não somos somente latinos. Jorge Amado costumava repetir isso. Me vem à memória, a propósito do tema, que, num dos ensaios incluídos em *Crisis of the Republic*, Hannah Arendt (1972), com uma argumentação clara e convincente, considerou irreal a expressão "terceiro mundo", popularizada a partir da Conferência de Bandung, celebrada na Indonésia de Sukarno. Para ela, abrigar intelectualmente uma suposta unidade terceiromundista — para a qual Sartre compôs uma legenda especial, "povos dos países subdesenvolvidos, uni-vos" — seria "repetir as piores ilusões de Marx numa escala muito ampliada e com bem menos justificativa". E acrescenta: "o terceiro mundo não é uma realidade, mas uma ideologia". Algum tempo depois, entrevistada pelo escritor alemão Adelbert Reif, Hannah voltou ao tema:

A África, a Ásia, a América do Sul — são realidades. Se você comparar estas regiões com a Europa e os Estados Unidos, poderá dizer, mas somente desta perspectiva, que elas são subdesenvolvidas, afirmando com isto que este é o crucial denominador comum entre esses países. Contudo, você menosprezaria inúmeras coisas que eles não têm em comum, e o fato de que o que eles têm em comum é somente um contraste em relação a um outro mundo; o que quer dizer que a ideia de subdesenvolvimento como fator importante é um preconceito norte-americano-europeu. A coisa toda é uma simples questão de perspectiva; há um engano lógico aqui. Tente dizer a um chinês, algum dia, que ele pertence ao mesmo mundo que um selvagem banto africano e, creia-me, você terá uma boa surpresa. (ARENDR, 1973, p. 205).

A tentação, *mutatis mutandis*, é comparar as coisas, denunciar uma irrealidade do conceito "América Latina", definindo-o como ideologia e não realidade. Afinal, o próprio Antonio Houaiss considera um "hábito" o uso da expressão "América Latina", transformada já no que Saussure classificou como "sintagma cristalizado", reino do automatismo verbal. Mas a verdade é que os estatutos dos conceitos não são comparáveis. Porque a América Latina existe. O que temos de reconhecer é outra coisa: a América Latina existe, sim, mas entrelaçada a outras Américas, distantes do modelo europeu. Nossas

configurações histórico-culturais não remetem apenas à Península Ibérica ou ao Lácio. Por exemplo: se a Virgem Maria é o traço latino, ela aparecerá associada a Iemanjá na Bahia e em Cuba (na figura da Virgem de Regla, padroeira do porto de Havana), e no México a situação será outra em torno à virgem índia de Guadalupe: "*Guadalupe-Tonantzin, como lallaman todavía algunos peregrinos índios*", lembra Octavio Paz. Em outros momentos, o traço latino é secundário, como num desfile de afoxés. Ou mesmo pode desaparecer por completo, no *axexê* (conjunto de rituais fúnebres) de uma mãe de santo. Nesse caso, devemos dizer que a cidade da Bahia e do Rio de Janeiro, ostentando na forte presença negromestiça o seu *trait d'union*, puderam dar substância, sentido e direcionamento afro-latinos à existência social brasileira.

Repetindo: somos latinos, mas não somos somente latinos. Somos neolatinos, mas também neoafricanos. Cidades neoindígenas se espalham por diversos países das Américas. E vemos cidades neoindígenas também nas extensões amazônicas brasileiras, como Belém e Manaus, metrópoles equatoriais. Em síntese, é isso. E penso que, depois dessa limpeza de terreno, como disse, estamos mais preparados para falar daquelas inserções — econômicas, políticas, culturais — de que partimos. Evitando fantasias homogeneizadoras de "Nuestra América" e de "latinidad".

AUTOR

Antonio Risério é poeta, antropólogo, ensaísta e romancista, autor de "Oriki Orixá", "A utopia brasileira e os movimentos negros", "A cidade no Brasil?" e "Que você é esse?".

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Aracy. **A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antonio**. São Paulo: Nobel: Edusp, 1981.
- ARENDE, Hannah. **Crises of the Republic: lying in politics; civil disobedience; on violence; thoughts on politics and revolution**. Pensilvânia: Harvest Books, 1972.
- AUERBACH, Erich. **Introduction aux Études de Philologie Romane**. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1965.
- ÁVILA, Affonso. Festa barroca: ideologia e estrutura. In: PIZARRO, Ana (org). **América Latina: palavra, literatura e cultura**. São Paulo: Editora Memorial da América Latina, 1995, p.235-263.
- BASCOM, William. **The Yoruba of Southwestern Nigeria**. Illinois: Waveland Pr Inc, 1984.
- BOORSTIN, Daniel J. **The Discoverers: a history of man's search to know his world and himself**. Nova Iorque: Random House, 1983.
- BORGES, Jorge Luis. "Literatura, latinidade. Conversa com Jean Pierre-Bernés". In: DUBY, Georges (org.). **A civilização latina: dos tempos antigos ao mundo moderno**. Lisboa: Dom Quixote, 1989, p.49-60.
- CABRERA, Lydia. **Yemayá y Ochún**. Miami: Ediciones Universales, 1996.
- _____. **El Monte**. Miami: Ediciones Universales, 2000.
- CARPENTIER, Alejo. **Ecué Yamba O**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Nação imaginária: memória, mitos e heróis**. In: NOVAES, Adauto (org.). **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.395-418.
- DONINI, Ambrogio. **História do Cristianismo: das origens a Justiniano**. Coimbra: Edições 70, 1988.
- DUPUY, René-Jean. Entre o poder e o cidadão, a sombra vã da liberdade. In: DUBY, Georges (org.). **A civilização latina: dos tempos antigos ao mundo moderno**. Lisboa: Dom Quixote, 1989, p.61-82.
- FABIÃO, Carlos. O passado proto-histórico e romano. In: MATTOSO, José (ed). **História de Portugal I**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- FISHLOW, Albert. **O novo Brasil: as conquistas políticas, econômicas, sociais e nas relações internacionais**. São Paulo: Saint Paul, 2011, p.200-230.
- FRAGINALS, Moreno. Peculiaridades de la Esclavitud en Cuba. **Del Caribe**, Santiago de Cuba, v.41, n.8, p. 4-10, 1987.
- FRANCO, José Eduardo. **Das utopias em confronto: A História de Portugal do Padre Fernando Oliveira e a História do Futuro do Padre António Vieira**. Disponível em: <www.triplov.com/ista/cadernos/franco_2html>. Acesso em 17 nov. 2018.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Editora José Olympio, 1959.
- HOUAISS, Antonio. Nox, Noche, Noapte, Noite, Notte, Nuit, Nue, Nit. In: DUBY, Georges (org.). **A civilização latina: dos tempos antigos ao mundo moderno**. Lisboa: Dom Quixote, 1989, p.177-192.
- KNIGHT, Franklin W. **Slave society in Cuba during the nineteenth century**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1974.
- MARQUES, António H. R. de Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- MATTOSO, José (ed). **História de Portugal I**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- _____. **História de Portugal II**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- _____. **História de Portugal III**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- MAURO, Frédéric. Colonizações latinas. In: DUBY, Georges (org.). **A civilização latina: dos tempos antigos ao mundo moderno**. Lisboa: Dom Quixote, 1989, p.141-168.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- REIF, Adelbert. Entrevista a Hannah Arendt. In: ARENDT, Hannah. **Crisis de la república**. Madri: Taurus, 1973.
- RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a Civilização: processo de formação e causa de desenvolvimento desigual dos povos americanos**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. **Estudos de antropologia da civilização**. São Paulo: Vozes, 1978.
- ROMANO, Ruggiero. **Mecanismos da conquista colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1998.
- SARDUY, Severo. **Escrito sobre um corpo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- SILVA, Agostinho da. **Textos vários – dispersos**. Lisboa: Âncora Editora, 2003.
- URE, John. **Dom Henrique, o navegador**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1977.